

POLÍTICA | CRISE FINANCEIRA DO ESTADO

LONGO CAMINHO DAS PRIVATIZAÇÕES

O INTERESSE DO PALÁCIO PIRATINI

em vender algumas instituições esbarra em dificuldades burocráticas e conjunturais. Além disso, poucas têm potencial para atrair compradores

CARLOS ROLLING

carlos.rollsing@zerohora.com.br

Incluídas pelo governador José Ivo Sartori em um pacote de iniciativas projetadas para diminuir despesas e elevar receitas, as privatizações de instituições públicas, em análise no núcleo do Piratini, representam um caminho longo e difícil. Diversas etapas políticas e técnicas precisam ser cumpridas antes do lançamento do edital, como plebiscito, votação na Assembleia, contratação de consultorias e elaboração de complexos estudos de mercado. Percorrer esse extenso roteiro, bancando custos, não é garantia de sucesso: dentre as estatais que o governo pretende vender, parte delas, obsoletas e endividadas, deverá ter dificuldade para atrair compradores.

O Piratini está convencido de que é preciso reduzir o tamanho da máquina pública, enxugar gastos e repassar à iniciativa privada atividades que, hoje, não são mais consideradas de fundamental execução pelo Estado – como afirmou o governador em recente entrevista ao colunista David Coimbra. Apesar da convicção de que precisará recorrer às privatizações, o governo ainda estuda quais empresas serão colocadas à venda. Avalia quando e como dar início aos procedimentos. Até o momento, a única resolução é de que o Banrisul não fará parte da lista.

Nos bastidores, as estatais mais citadas são Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas (Corag), Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (Fepps) e Fundação Zoobotânica, responsável pelo zoológico de Sapucaia do Sul e pelo Jardim Botânico da Capital. A Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa) também deve ser incluída na lista de prioridades de negociação,

mas, antes, o Piratini fará uma tentativa de repassá-la à União via federalização – iniciativa que resultou em fracasso no governo Tasso Genro.

– As joias da coroa já foram. As empresas públicas que hoje fazem parte do governo não têm, necessariamente, perspectiva de rentabilidade – avalia Fernando Ferrari, professor do curso de Economia da UFRGS, referindo-se à venda das estatais mais valiosas, como a antiga CRT e parte da CEEE, nos anos 1990, no governo Antônio Britto.

OPÇÃO PARA CORTAR DESPESAS FUTURAS

– O risco é ter uma vitória de Pirro (*obtida a alto preço, com possíveis prejuízos futuros*). Gastar com plebiscito, publicidade e consultorias para fazer muito pouco caixa – completa Luciano Timm, advogado e professor de Direito Econômico na Unisinos, lembrando que “grandes players estão descapitalizados em razão da Lava-Jato e bancos estão segurando financiamentos”.

Mesmo com a ameaça de encontrar poucos interessados ou de captar limitados recursos, especialistas acreditam que o processo é válido.

– Algumas das estatais são fábricas de processos trabalhistas e acumulam passivo – afirma Marcelo Portugal, professor de Economia da UFRGS.

Na análise de Portugal, alienar estruturas problemáticas significaria ao menos redução de custos futuros – alguns dependem de remessas do Tesouro. A partir desse raciocínio, avalia que, caso não surjam interessados do setor privado, as desativações podem ser uma alternativa. Depois de findadas as atividades, o governo poderia se capitalizar com a venda dos ativos, como terrenos – muitos em áreas privilegiadas – e máquinas.

– Quem irá comprar a Corag? Para quê? É preciso ser realista com o mercado. Acredito que, em muitos casos, não haverá interessado, seja porque a iniciativa privada já atua no ramo e faz melhor ou porque se trata de um negócio que não faz mais sentido, com estruturas arcaicas – avalia Wladimir Omiechuk, sócio da KPMG, consultoria com atuação em diversos países.



Minas da Companhia Riograndense de Mineração têm potencial de atrair interessados em razão da necessidade de carvão para geração de energia

PASSO A PASSO PARA PRIVATIZAR

Dois os pontos tornam as privatizações um processo árduo: além das barreiras de mercado, impõem-se as longas e complexas etapas das negociações, reguladas por legislações estaduais e federais. Para Pedro Henrique Poli de Figueiredo, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e membro do comitê de acompanhamento da liquidação de estatais do governo Britto, o tempo das

negociações deve ser respeitado, sob risco de serem assinados contratos frágeis que poderão resultar em prejuízos:

- Com pressa, dá para fazer em dois anos. O fator tempo é uma barreira ao governo Sartori. Como deve começar os procedimentos só em 2016, é possível que finalize as operações, e faça ingressar algum dinheiro em caixa, apenas em 2018, último ano do seu governo.

1 Estimativa de impacto orçamentário e financeiro decorrente da privatização para o ano corrente e os dois subsequentes, conforme determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Na prática, é um estudo para verificar quanto o Estado deixará de gastar e de arrecadar com a negociação concretizada.

5 Lançamento do edital de licitação, com abertura de prazo para a apresentação de propostas de compra. Em caso de alienação, diz Pedro Henrique Poli de Figueiredo, é "recomendável" que se faça uma audiência pública para discutir a negociação.

4 Avaliação de mercado do valor das ações ou empresas que serão negociadas. Essa etapa é conhecida como "project finance", onde são verificadas todas receitas, despesas, mercados potenciais e eventuais passivos da estatal colocada à venda. Não é obrigatório contratar uma consultoria para efetuar esses estudos, mas o mercado, asseguram profissionais do setor, costuma exigir a apresentação de relatórios feitos por instituições e bancos com credibilidade para ter segurança no investimento. Também é preciso elaborar a justificativa da alienação do patrimônio a partir da lógica do interesse público.

2 Realização de plebiscito, em que a população votará "sim" ou "não" sobre a venda de estatais. Em ano de eleição, caso de 2016, as consultas deverão ser realizadas junto com o pleito, em outubro. Nos outros anos, em 15 de novembro. Banrisul, CEEE, Corsan, CRM, Sulgás, Cesa e Procergs precisam passar por plebiscito antes da privatização. O decreto convocando a realização da consulta precisa ser publicado pelo menos cinco meses antes da data da votação.

3 Apreciação do projeto de lei na Assembleia Legislativa, em caráter autoritário, para dar continuidade ao processo de privatização. É necessário maioria simples de votos para obter a aprovação do parlamento.

Alienações podem se transformar em armadilhas

Especialistas são unânimes ao afirmar que, sozinhas, as privatizações pretendidas pelo governo Sartori não são capazes de resolver a crise econômica do Estado, com déficit mensal de R\$ 400 milhões. O primordial, salientam, seria equilibrar receitas e despesas.

– Vender essas empresas, pequenas para atingir os objetivos, só faria sentido se viesse dentro de um plano maior de reforma do Estado – destaca Wladimir Omiechuk, sócio da KPMG.

Nesse ponto, alertam, as alienações podem acabar sendo armadilhas, com o gasto do dinheiro arrecadado em contas cotidianas. O déficit voltaria à tona logo adiante.

– O foco tem de ser o gasto corrente. A receita de privatização só cai uma vez na conta, depois não se consegue vender as mesmas empresas de novo. A previdência e a folha de pagamento são muito caras. Enquanto não ajustar isso,

não haverá solução definitiva – acrescenta o economista Marcelo Portugal.

Para o advogado Paulo Caliendo, especializado em direito tributário e governança, a diminuição da máquina pública poderá aumentar a eficiência do Estado, com os focos político e orçamentário mirando os serviços essenciais: saúde, educação e segurança. Caliendo avalia que seria prudente excluir também a CEEE, junto com o Banrisul, de qualquer possibilidade de privatização neste momento. Como argumento, cita, além dos serviços prestados ao cidadão, muitos deles arraigados em todo o Estado, a conjuntura econômica:

– São empresas que poderiam trazer um ganho muito significativo. Agora estamos em baixa de mercado, não é o momento adequado para a venda.

Entre as estatais que despertariam interesse, estão Corsan e Procergs. A primeira, que trata e distribui água e

cuida do saneamento em municípios, traria consigo uma batalha ideológica sobre o repasse à iniciativa privada, que auferiu lucro, da exploração de um recurso natural essencial para a vida.

– É um bem que tende a ser escasso, certamente haveria interesse. Os investidores apostam bastante em saneamento, tratamento e fornecimento de água – analisa o professor Luciano Timm.

ATENÇÃO ÀS OPORTUNIDADES

Na Assembleia, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo PT tentou proibir a privatização de serviços de água no Rio Grande do Sul, mas acabou derrotada.

Para o advogado Ricardo Giuliani Neto, atuante em direito empresarial e governamental, a alienação da Pro-

cergs seria o único caso de possível impedimento, por não atender ao interesse público. A empresa é depositária de informações tributárias no Estado, o que poderia gerar riscos aos sigilos fiscais. Além disso, por trabalhar com tecnologia, é considerada uma empresa de excelência, adaptada aos novos tempos, sem justificativa consistente para ser vendida. A Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás) estão sob análise no Piratini.

– Hoje se discute a situação da Petrobras, que está reduzindo investimentos e propõe a venda de parte dos seus negócios. No Rio Grande do Sul, poderia ser acompanhado esse movimento. Os ativos ficariam mais valorizados se fizessem parte de um projeto nacional – explica Omiechuk, indicando que a Sulgás poderia ser negociada ao mesmo tempo que subsidiárias da Petrobras.

NEGÓCIOS ATRATIVOS, OU NEM TANTO



Gerariam mais recursos ao governo estadual



Poderia gerar interesse, mesmo sem arrecadar grandes volumes de recursos



Teriam mais dificuldade para encontrar compradores interessados

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA**O que faz**

Trata da conservação da biodiversidade no Estado. Administra o zoológico de Sapucaia do Sul e o Jardim Botânico de Porto Alegre

**COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SULGÁS)****O que faz**

Comercializa e distribui gás natural canalizado no Rio Grande do Sul. É uma sociedade de economia mista, tendo como acionistas o Estado e a Petrobras Gás SA

Orçamento em 2015

R\$ 1,14 bilhão – não depende de repasses do Estado.

Número de funcionários

148 contratados pelo regime da CLT

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)**O que faz**

Detém unidades mineiras em Minas do Leão e Candiota, com exploração a céu aberto. Conta com potencial de 3 bilhões de toneladas de carvão, insumo para geração de eletricidade em termelétricas

Orçamento em 2015

Não depende de repasses do Estado. Optou por não divulgar seu orçamento neste ano. Em 2014, a receita foi de R\$ 185,1 milhões

Número de funcionários

476 contratados pelo regime da CLT

Orçamento em 2015

R\$ 28,9 milhões

Número de funcionários

214 trabalhadores, entre cargos em comissão e funcionários regidos pela CLT



DÚVIDAS SOBRE O PROCESSO

QUANDO UMA ESTATAL É PRIVATIZADA, O QUE ACONTECE COM OS FUNCIONÁRIOS?

Depende da natureza jurídica da estatal. Se for uma autarquia, os servidores se mantêm como quadros do Estado. Foi o que ocorreu com os antigos funcionários da Caixa Estadual, extinta no governo Britto. Eles permanecem ainda hoje no serviço público, à disposição de outros órgãos. Se o alvo da privatização for empresa pública ou sociedade de economia mista, maioria dos casos, os agentes são contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com a eventual privatização, eles podem ser desligados mediante o pagamento das verbas rescisórias.

QUAIS AS FORMAS UTILIZADAS PARA ALIENAR O PATRIMÔNIO?

Em regra, usa-se a concorrência de maior lance pela venda. No caso de ações, também podem ser colocadas em negociação na bolsa de valores. A possibilidade do leilão é admissível quando o negócio envolve serviço público federal. Foi a modalidade adotada na alienação de duas partes da CEEE na década de 1990.

NO CASO DE UMA EMPRESA COM ATIVIDADE ECONÔMICA QUE NÃO É MAIS RENTÁVEL, O COMPRADOR PODE DESATIVAR AS OPERAÇÕES E DAR OUTRA DESTINAÇÃO AOS ATIVOS, COMO OS TERRENOS?

Depende da modelagem adotada no edital de licitação. Se o texto não fizer referência a proibições, o investidor tem liberdade para dar a destinação que desejar à empresa e aos ativos. Nas atividades essenciais ao interesse público, a obrigatoriedade de manutenção dos serviços costuma ser um item listado em contrato.



ROSANE DE OLIVEIRA

rosane.oliveira@zerohora.com.br

Pacote em gestação

A venda de ações de estatais de porte e a privatização de outras menos relevantes está no leque de opções do governo Sartori para equilibrar as contas do Estado. Não neste ano nem em 2016, porque não há tempo hábil para o cumprimento das formalidades burocráticas, mas para 2017 e 2018. O anúncio da intenção do governo deve ser feito em agosto, numa tentativa de buscar apoio do empresariado a outra proposta polêmica e indigesta, o aumento do ICMS.

Emissários do governo já apresentaram a dirigentes empresariais um esboço do pacote que, se aprovado na íntegra, permitirá ao Estado sair do vermelho em 2017. Nesse conjunto, a venda de empresas como a Corag tem mais efeito político, de demonstração, do que econômico. O que impacta de fato é a venda de ações da CEEE, a abertura do capital da Corsan e a criação da Banrisul Cartões e da Banrisul Seguros.

– Alguma chance de equilibrar as contas só enxugando a máquina, sem aumentar imposto? – perguntou um dos empresários.

– Nenhuma. Sem aumentar o ICMS, o Estado quebra antes da metade do ano – respondeu o emissário do governo.

No coração do governo, há uma divisão

entre os que defendem a realização de plebiscito sobre a privatização de estatais e os que preferem tentar acabar com a exigência de consulta à população. No momento, prevalece a tese do plebiscito, já que para aprovar uma emenda constitucional o governo precisaria de três quintos dos votos e seria acusado de antidemocrático. Os defensores da consulta popular acreditam que não será difícil convencer a população da necessidade de vender alguns órgãos públicos, apesar da resistência dos servidores e da pressão do PT. O plebiscito deve ser realizado junto com a eleição municipal de 2016.

Um caminho para a Cesu, historicamente citada como exemplo de “peso morto”, é repassar parte das 18 unidades ao governo federal, fechar outras que não têm como dar lucro e tornar produtivas as remanescentes. O Estado seguirá tendo de pagar R\$ 2,5 milhões anuais da folha de pagamento dos servidores ex-autárquicos. A Cesu tem ainda um patrimônio que pouca gente conhece: são quatro áreas de terra que somam 550 hectares, todas invadidas. A ideia é oferecer ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para que regularize as ocupações.

COMPANHIA RIO GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS (CORAG)

O que faz

É uma sociedade de economia mista que executa serviços gráficos. A principal tarefa é imprimir o Diário Oficial do Estado. Não é deficitária, mas cobra do Estado mais caro pelos serviços prestados. Também edita documentos para outros órgãos, como Detran

Orçamento em 2015

R\$ 51,1 milhões

Número de funcionários

220 trabalhadores, entre servidores e funcionários regidos pela CLT



JÚLIO CORDEIRO



Venda da Corag, que presta serviços gráficos ao Estado, teria mais efeito político do que econômico

COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS (CESA)

O que faz

Pretende suprir uma infraestrutura compatível com as safras gaúchas, no entanto, armazena menos de 1% dos grãos

Orçamento em 2015

R\$ 55,5 milhões

Número de funcionários

338 trabalhadores, entre ex-autárquicos e funcionários regidos pela CLT



FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE (FEPPS)

O que faz

Presta serviços na área de saúde pública em centros de atendimento, além do hemocentro – serviço mais conhecido pela sociedade – e laboratórios – um deles, o Laboratório Farmacêutico do RS (Lafers), não produz há 11 anos

Orçamento em 2015

R\$ 43,145 milhões

Número de funcionários

518 estatutários, 60 contratos temporários e 83 cargos de confiança (31 vagos)



FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (FDRH)

O que faz

Responsável por auxiliar o governo na administração de concursos públicos, gestão de estágios e treinamento de pessoal

Orçamento em 2015

R\$ 16,2 milhões (valor após contingenciamento)

Número de funcionários

67 trabalhadores contratados pelo regime da CLT



Sindicatos de servidores resistem a eventuais processos de privatização

Virá dos sindicatos a maior resistência às privatizações estudadas pelo governo José Ivo Sartori. Representantes de categorias dizem ser, por princípio, contra a diminuição do Estado. Também afirmam que o repasse de serviços à iniciativa privada pode resultar em tarifas mais elevadas ao consumidor.

Para o funcionalismo, a solução da crise das finanças gaúchas passa pelo corte das isenções de impostos, concedidas como forma de atrair empresas. A relação entre as entidades e o Piratini já está desgastada em razão da ameaça de parcelamento dos salários, situação que se agrava mês a mês, e da ausência de previsão de reajustes – a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada na terça-feira passada pela Assembleia, não prevê aumento nos valores pagos aos funcionários.

Presidente da Federação Sindical dos Servidores Públicos no Rio Grande do Sul (Fessergs), Sérgio Arnoud diz que o déficit de R\$ 5,4 bilhões previsto nas contas em 2015 poderia ser coberto com o corte de pouco menos de 50% dos benefícios, que somaram R\$ 13,1 bilhões em renúncia fiscal em 2013. O problema é que, do montante total, o Estado tem gerência sobre R\$ 7,3 bilhões, originários de incentivos atribuídos a empreendimen-

tos que se instalaram no Rio Grande do Sul por meio de programas como Fundopem e Fomentar. A outra parte do valor – R\$ 5,88 bilhões – se refere a renúncias que fogem à competência do Palácio Piratini, como as exportações e os produtos da cesta básica.

– Por princípio, somos contra a privatização. Somos contra o encolhimento do Estado, que é um prestador de serviço, e não um demandador. E justamente em momento de crise, falar em privatização é entregar o patrimônio público por preços aviltantes – critica Arnoud.

SUGESTÕES DE ALTERNATIVAS

Presidente do Sindicato dos Técnicos-Científicos do Rio Grande do Sul (Sintergs), Joanes Machado da Rosa indica que o governo Sartori poderia buscar outras fontes para se capitalizar. Cita a venda de imóveis subutilizados do Estado e os créditos da Lei Kandir não pagos pela União, além da revisão das isenções fiscais.

– Existe a questão da dívida pública do Rio Grande do Sul com a União. É um débito que já foi pago, o governo poderia ingressar com ação judicial pa-

ra deixar de quitar esse compromisso. – sugere o presidente do Sintergs.

Joanes se declara contrário às privatizações e admite que seriam aceitáveis, mediante “muito debate”, sómente em casos extremos, de empresas que não prestam mais os serviços públicos de sua responsabilidade.

– Se a Corag realmente cobra mais caro do Estado do que as gráficas de mercado para imprimir o Diário Oficial, bem, daí ou se toma uma providência ou privatiza. Mas a Fepps, estratégica para a área da saúde, não pode nem ser cogitada. A sua privatização seria um crime de lesa-pátria – avalia Joanes.

Opinião mais ponderada vem do vice-presidente administrativo da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris), Gilberto Schäfer, defensor de “amplos debates voltados ao interesse público”.

– Não podemos partir do pressuposto de que as companhias não podem ser privatizadas ou que devemos fazer a defesa do Estado mínimo. No caso da Corsan, é uma empresa pública sem preocupação com lucros. Seria interessante repassar à iniciativa privada? Temos de pensar estrategicamente, não apenas nos livrarmos para fazer caixa – diz Schäfer.